



-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

----- **Mandato 2017-2021** -----

---**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA INICIADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DE 2020 E CONTINUADA NO DIA 29 DE JULHO DE 2020**-----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E UM** -----

---Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e vinte, pelas vinte horas, reuniram por videoconferência, a Assembleia de Freguesia de Marvila, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio e Ana Isabel Rodrigues Saraiva, em substituição de Anaísa Souto João, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1. Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia (março-maio 2020);**
- 2. Apreciação das informações relativas aos atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na atual redação, que aprovou o regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19;**
- 3. Orçamento Participativo de Marvila 2019 – Apresentação de Relatório e Orçamento Participativo de Marvila 2020;**
- 4. Aprovação da minuta do protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação Cristã de Reinserção e Apoio Social – ACRAS;**
- 5. Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências na Freguesia de Marvila, no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares, que inclui o novo regime extraordinário de apoio no âmbito da Pandemia de COVID-19;**
- 6. Análise e discussão da abertura do ano letivo 2020-2021 nas escolas e estabelecimentos de ensino de Marvila, bem como o retomar das atividades das restantes instituições da freguesia. (ponto introduzido a pedido do Bloco de Esquerda e aprovado em Comissão de Líderes).**

---Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes eleitos: -----

---**DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)** – Luísa Maria Cabral Costa Gomes, Manuel de Jesus Saraiva, Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Maria Custódia Mateus Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves, Jerónimo Teixeira Magina. -----

---**DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)** – António Augusto Pereira e Constança Maria Pereira Alves. -----



---**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** – Luís André Fernandes Castro e Maria Amélia Alves Cabaço. -----

---**DO BLOCO DE ESQUERDA (BE)** – Maria Isabel Pinto Ventura. -----

---**DO PRIMEIRO MARVILA MOVIMENTO INDEPENDENTE (PMMI)** – António Manuel Alves-----

---Apresentaram pedidos de substituição, que foram apreciados e aceites pelo Plenário da Assembleia de Freguesia nos termos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, os seguintes eleitos: -----

---**Rogério Borge Pereira Mota (PCP)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por **Nuno Almeida**. -----

--- **Pedro Pinto Monteiro (CDS-PP)**, por uma reunião da Assembleia, tendo sido substituído por **Nuno Moreira**. -----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila, que assinaram a “lista de presenças”: -----

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Maria Hermínia Morais Ventura Cintra, Susana Maria da Costa Guimarães, Joaquim Cerqueira Brito, Maria Cristina Rodrigues Abreu, João Carlos Lourenço dos Santos e José António Amaral da Silva**. -----

---Às **20 horas**, constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a presente reunião ordinária, saudando os presentes, dando também a informação ao plenário dos pedidos de substituição que foram solicitados. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** retomou a Assembleia de dia 30 de junho informando que, apesar de ser uma continuação, ficou acordado em reunião de líderes que se iria dar oportunidade ao público de intervir também nesta reunião. Informou ainda, uma vez que a Sr.^a D. Anaísa o informou que não poderia estar presente nesta reunião, será substituída na mesa pela Sr.^a D. Ana Saraiva. Informou também que, em conversa com o Sr. Presidente da Junta, este propôs fazer a próxima Assembleia de freguesia no dia 25 de setembro. -----

---A **Sr.^a Primeira-Secretária**, a pedido do Sr. Presidente da Assembleia e com o acordo do plenário, começou por chamar para intervir, o freguês Sr. Pedro Henrique, morador no bairro das Amendoeiras, para fazer a sua intervenção. -----

---o **Sr. Pedro Henrique**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: «Durante este tempo de pandemia demo-nos conta que pilares do Estado Social, como a habitação e a educação, são fundamentais para todos e todas. Começando na educação, com as medidas anunciadas pelo Governo para a preparação do novo ano letivo, apercebemo-nos que não existe uma estratégia nacional, empurrando para as escolas problemas como a gestão das turmas, ou seja, quantos alunos serão por turma, se as aulas serão de manhã ou de tarde, portanto estamos perante um lavar de mãos por parte do Ministério. Na Escola Secundária D. Dinis não vai ser possível aplicar um metro de distância, mínimo de segurança, pois as salas não o permitem. Uma coisa é ter doze alunos, sentados em zig-zag, como temos as turmas do 11º e 12º anos, outra completamente diferente, é ter vinte alunos sentados, onde a técnica zig-zag falha e onde iremos ter todos os restantes anos escolares a frequentar a escola, tornando assim impossível este metro de distância. Vamos ter filas para comprar as senhas do almoço, temos um refeitório onde é impossível cumprir as regras sanitárias e por isso faço a seguinte questão: o que é que está a Junta a fazer junto da direção da escola para que os estudantes, os professores e os



técnicos possam começar o ano letivo 2020/2021 em segurança, visto que esta escola alberga alunos do 7º ao 12º anos. Outro problema está relacionado com a habitação. Se ontem a habitação era um pilar fundamental do Estado Social, hoje é um mecanismo de saúde pública, não podemos negar que em Marvila existe um problema de habitação, temos casas degradadas que não têm obras há mais de 40 anos. Nós não conseguimos imaginar o que é estar em confinamento numa casa onde o prédio está a ruir, onde temos mais de quatro pessoas a dormir num quarto, onde é impossível isolar um familiar se este contrair a doença de Covid-19. No ano passado, numa reunião descentralizada em fevereiro, a Dr.ª Paula Marques disse que em abril/maio desse ano, o problema das casas degradadas estará resolvido, mas estamos em julho de 2020 e nada feito. Uma última pergunta: o que é que está a fazer a Junta junto da CML para que o problema das casas degradadas em Marvila possa ser resolvido? Obrigado.» -----

---A **Sr.ª Primeira-Secretária** passou de seguida a palavra ao freguês **Sr. João Paulo Freitas Vaz Luís**, morador em braço de Prata, Vale Formoso que, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: «Boa Tarde a todos. São duas questões que gostaria de pôr e que tem a ver com a mobilidade e a questão das ciclovias. Pergunto ao Executivo em que medida estão a trabalhar para ligar no fundo a freguesia com ciclovias e por outro lado ligar a freguesia ao restante da cidade. A nível que outra preocupação que tenho, ele tem um filho que frequenta o Colégio Cesário Verde e esta preocupação é relativa ao estacionamento de manhã cedo e ao final da tarde. Os carros estacionam em cima dos passeios e penso que ali, com um pouco de boa vontade, talvez se arranjasse uma boa solução para que não houvesse aquele conflito de colocar os carros em cima dos passeios e de forma desordenada. Isto na parte de cima, na Infante D. Henrique e também da parte de baixo que tem acessos, cujo terreno que está ali está um pouco encafuado, mas ali em frente à porta do colégio, penso que haverá possibilidades de criar um estacionamento, que penso será terreno público. Obrigado.» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, antes de passar a palavra ao sr. Presidente da Junta para responder aos fregueses, agradeceu a presença destes, agradecendo também as suas intervenções pertinentes e atuais, inseridas nos temas em discussão. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, saudando os presentes, agradeceu em especial a presença e as intervenções feitas pelos fregueses, começou por responder às questões do Sr. Pedro Henrique, elogiou a forma como o freguês tem feito as suas intervenções já em várias sessões da Assembleia de Freguesia. Respondendo, em relação colocada sobre a educação, que tem sido uma preocupação para o seu executivo o início do ano letivo 2020/2021 e que têm estado a tomar algumas medidas, havendo um conjunto de ideias que o preocupam, considerando não ser verdade que o Governo Central não tenha uma estratégia, salientando que teve a estratégia que seria possível dada as suas limitações, havendo até uma preocupação para uma situação que é completamente nova e difícil de responder, pois ante a questão de reabrir as escolas e ficar novamente em confinamento teve que se fazer esta opção uma vez que se os pais tivessem que ficar com as crianças em casa seria terrível para o país. Disse considerar correto a reabertura das escolas mas com algumas medidas, umas já anunciadas, que caberá à administração central dando autonomia aos agrupamentos escolares, em Marvila, o Agrupamento de escola D. Dinis, na aquisição de equipamentos de proteção individual para que todos estejam em condições de igualdade, com a possibilidade, através da Administração central, da oferta de equipamento informático que não foi possível facultar no terceiro



período do ano letivo passado e também um conjunto de medidas que têm sido estudadas em conjunto com a Junta e com a Escola Secundária D. Dinis para minimizar as dificuldades que os alunos terão para partilhar os espaços. Informou que o que lhe foi transmitido é que o Agrupamento de Escolas D. Dinis até ao limite utilizará todos os espaços que seja possível utilizar, mesmo alguns espaços que eram comuns, para minimizar o facto de os alunos não conseguirem ter, como o freguês bem frisou, o tal metro e meio de distância. Referenciou que aí está um pouco de acordo com o freguês considerando que a estratégia do Governo deveria ter sido um pouco mais ambiciosa, falando da contratação de mais assistentes operacionais, de mais professores e para aqueles professores de mais idade e incluídos dentro de grupos de risco, ter conseguido um regime transitório que os salvaguardasse e promovesse a sua aposentação sem perda efetiva dos seus direitos. Informou que o que está a ser feito em conjunto com a Junta de Freguesia é tentar todas as ações para minimizar o impacto que existirá sempre junto da população escolar. Referindo a questão da habitação disse que o freguês colocou questões muito importantes e pertinentes em especial neste momento de pandemia relativamente à degradação das habitações. Informou que desde o início do seu mandato o seu executivo tem vindo a insistir com as entidades competentes para o efeito, nomeadamente o IHRU e a Gebalis. Tem havido uma insistência em melhorar as condições de habitabilidade e tentar criar as melhores condições em estado de isolamento salientando que embora a preocupação do Executivo, isto é algo que ultrapassa a freguesia sendo da competência municipal e do estado central a sua alteração para melhorar todas as condições necessárias à população. Disse que a Junta de freguesia fará tudo ao seu alcance para que sejam criadas as melhores formas para as pessoas conseguirem ter uma habitação mais condigna. Disse ainda que essas soluções passam por rapidamente distribuir os fogos devolutos, ser mais rápido na recuperação do parque habitacional da rede pública e, em alguns casos, quando existem fatores que não são os melhores e mais apropriados para resolver os problemas da rede pública, de haver uma transferência, há muito insistido pelo Executivo nesse caminho, da Administração Central para a Administração Local, relativamente ao conjunto do parque habitacional em Marvila gerido pelo IHRU. Relativamente à intervenção do freguês, Sr. João Paulo Luís, disse que a Junta de Freguesia tem colaborado com a Câmara Municipal de Lisboa no que se refere à questão das ciclovias, informando que existe na freguesia de Marvila um conjunto muito grande de entusiastas das ciclovias dos quais destacou o Sr. Paulo Gaspar, responsável do Grupo Desportivo da Bruno Janz, o Grupo Comunitário Quarto Crescente, que é um grupo que, a nível da cidade, tem um projeto muito inovador que é uma ciclo-oficina nas instalações da SCML e, em termos desportivos, não quis deixar de fazer uma referência à secção de ciclismo da Casa do Conselho de Arcos de Valdevez. Disse haver um estudo, apresentado pela Junta de Freguesia no sentido de, sem conflitualidade com o estacionamento para residentes e com o comércio de proximidade, de se encontrar os melhores locais para a instalação das ciclovias. Referiu que o estudo está feito considerando ser necessário começar nas vias estruturantes, onde não há conflitualidade em termos de estacionamento e de fluidez de tráfego onde não causa qualquer prejuízo ao comércio local e aos residentes, considerando não ver nenhum mal que haja uma ligação à Praça 25 de Abril e Avenida Infante D. Henrique, sendo pensado um corredor em termos de ciclovia, e estruturando uma ligação à Rua do Vale Formoso e Rua do Vale Formoso de Cima, potenciando essa ligação ainda à Av. Marechal Spínola



fazendo uma ligação ao centro da cidade. Disse ainda que, a experiência que o Executivo tem relativamente à freguesia de Marvila, é uma experiência um pouco difícil, salientando a situação da Avenida Paulo VI, acreditando que, no final da referida experiência, se conseguiu, indo ao encontro de uma reivindicação de um conjunto de abaixo-assinados de moradores da referida zona, encontrar uma solução harmoniosa. Disse que a intenção da Junta de Freguesia, é que a CML tenha um papel de osculação por parte da freguesia e daqueles que são verdadeiramente especialistas desta área, entusiastas da bicicleta, para que a instilação de futuras ciclovias decorra com normalidade. Informou ainda que, neste momento, estaria pensada a instalação da ciclovia na Rua Pardal Monteiro que, a seu ver, seria um benefício para a zona uma vez que suscitaria uma menor rapidez em termos da circulação automóvel garantindo outro nível de segurança não vendo onde iria retirar estacionamento efetivo nessa zona nem criar incomodo para o comércio local. Relativamente ao Externato Cesário Verde, disse que o Executivo tem acompanhado, com as dificuldades inerentes ao facto deste se situar numa via como a Avenida Infante D. Henrique, e insistido que tivesse sido criada uma solução na Avenida Infante D. Henrique que possibilitasse uma espécie de “Kids-and-go” à entrada do referido colégio, que permitisse que dois ou três carros fizessem um percurso, onde as crianças seriam deixadas ou recolhidas à entrada e em segurança e as viaturas seguiriam o seu caminho com calma e sem aglomeração de trânsito. Informou que esta foi a proposta apresentada à CML e salientou que o Executivo teve sempre dificuldades porque existem muitas reticências e muitos pareceres contrários relativamente ao que está em discussão tendo já escutado opiniões completamente divergentes, sendo este o cenário existente. Disse ainda que, nas traseiras do referido colégio, existe um problema grave para o qual ainda não foi encontrada solução salientando que gostaria de perceber quem é o proprietário do referido terreno, no fundo do arruamento que não tem saída, no lado contrário ao largo Ester Janz, e pensar numa solução no local para conseguir executar ali uma mini rotunda, informando que foi promovida uma reunião com a direção do colégio Cesário Verde e o departamento de mobilidade da CML, tendo por feedback que a direção do colégio não ficou totalmente rendida aos argumentos que impossibilitam uma outra abordagem à circulação e à tomada e largada das crianças nos referidos locais, salientando que o Executivo irá continuar a trabalhar e a tentar encontrar uma solução para este problema. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, entrando na Ordem do Dia, passou ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos - Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia (março-maio 2020), dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para a apresentação da mesma. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que esta informação relativa a estes dois meses acaba muito por coincidir com o trabalho que tem sido realizado em conjunto com a Comissão de Acompanhamento da pandemia, valorizando o papel da Assembleia de Freguesia e dos seus membros, que foi um papel muito importante, de grande responsabilidade, de grande tranquilidade e de em conjunto se tentar superar e ultrapassar estes momentos difíceis. Referiu que a preocupação do Executivo, foi a que foi expressa num conjunto de medidas que todos tiveram conhecimento que levaram durante este período e para o futuro, até ser encontrado um medicamento ou uma vacina, da Junta ter uma atividade quase nula em termos do que são os eventos e as grandes realizações que a Junta levava a cabo prevalecendo o valor da segurança e a



saúde dos marvilenses. Informou que os serviços continuaram a trabalhar, mas sempre com os cuidados reiterados, para continuar a oferecer aos fregueses aquilo que tinha que ser a resposta às suas necessidades, mas também que ninguém fosse colocado em risco, informando ainda que, até ao momento, em termos dos funcionários da Junta de Freguesia de Marvila, não se regista ainda nenhum caso de Covis-19. Destacou também um conjunto de situações que decorreram, já depois de ter terminado o estado de calamidade, que tem a ver com a distribuição das máscaras à população de Marvila, com as operações de desinfeção levadas a cabo em vários locais, em particular a desinfeção, aquando da abertura dos estabelecimentos escolares, realizada ao redor dos nossos estabelecimentos de ensino. Informou ainda que a junta deu as respostas necessárias e possíveis relativamente ao que foi os espaços verdes, embora com os atrasos decorrentes de uma situação que ainda se está a trabalhar e que teve a ver com os quase dois meses de paragem e, por isso, o acentuado crescimento das ervas no espaço público da freguesia. Disse também ter de se registar, em termos de apoio, o número de famílias abrangidas, cerca de 867 famílias, num total de 3289 pessoas, registando o apoio da CML, da SCML e do Banco Alimentar Contra a Fome. Disse acreditar que o sucesso da referida intervenção se deve muito àquilo que é uma rede social de excelência que a freguesia de Marvila tem e que possibilitou numa primeira abordagem para que as pessoas conseguissem, em termos do que era mais essencial, que era a sua alimentação, ter uma resposta, frisando que esse trabalho só é possível com a existência da referida rede de excelência dos vários bairros reforçados por uma rede de voluntários de vizinhança e que ajudaram a fazer este trabalho. Realçou ainda que, num momento difícil como o presente e particularmente preocupante no que concerne as crianças e jovens em risco, foi reforçado o papel da Junta de freguesia e o acompanhamento de menores na CPCJ Lisboa Oriental. Informou também que os grupos comunitários da freguesia continuaram a desempenhar o seu trabalho através das vias eletrónicas. Deixou também uma palavra de muito agrado, muito estímulo e de profundo agradecimento relativamente aos trabalhadores da limpeza e higiene urbana porque, mais do que os outros estiveram presentes e puseram as suas vidas em risco em virtude do desempenho das suas funções.

---O **Sr. Presidente da Assembleia** iniciando a discussão do ponto, passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, relativamente à Informação Escrita do Presidente, disse considerar que a mesma retrata o estado de alma em que todos os decisores políticos se encontram neste momento, face à evolução da pandemia Covid-19. Considera que se verifica uma vontade enorme para que as coisas avancem, mas também expressa algumas preocupações e inquietações face à evolução deste drama que sobre todos se abateu. Disse que por isso a sua bancada aceita e compreende algumas decisões que retardam a resposta aos problemas no urbanismo, no espaço público, na estrutura verde, etc. que cada vez mais faz sentido. Chamou ainda a atenção para o flagelo da vandalização das placas toponímicas, dando alguns exemplos da localização das mesmas. Chamou de novo a atenção da situação das cercas dos canteiros e jardins que não têm manutenção há muitos anos. Salientou ainda que outra preocupação da sua bancada é o grau de execução a maio de 2020 – 31% - que, embora se compreenda com a situação existente, está um pouco fraca e, se se for a ver pelouro a pelouro, fica ainda uma situação mais preocupante. De qualquer modo, acredita que a situação até ao final do ano irá melhorar e que haverá avanços positivos relativamente a melhoramentos na freguesia de Marvila. Disse também congratular-se que a Junta de Freguesia tenha



concluído o projeto para requalificar a zona antiga da Quinta das Flores e que o projeto já tenha sido entregue à CML para a sua reconversão. Salientou que, sendo isso uma boa informação, o que não será assim tão bom foi que, antes do referido projeto ter sido entregue na CML, a seu ver, deveria o mesmo ter sido dado a conhecer à Assembleia de Freguesia, considerando que envolver a Assembleia de Freguesia no mesmo poderia ter sido uma mais-valia para este. Relativamente ao estudo relativo às ciclovias realizado pela Junta de Freguesia, considerou que o mesmo também deveria ser dado a conhecer à Assembleia de Freguesia, e até a mesma poder dar contributos para que as ciclovias sejam as mais consensuais e as mais aceites possível para todos. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, relativamente ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos, disse estar em concordância com a intervenção que o antecedeu, alertando que a 31 de maio o grau de execução é de 14, 81 %. Disse entender ter havido um período de grandes problemas originados pelo Covid-19, mas o restante da população não pode estar à espera que a pandemia passe e os trabalhos reiniciem, salientando que 14,81 % no tempo decorrido é muito pouco. Aproveitou a oportunidade para chamar a atenção para a paragem de táxis, sita na Av. João Paulo II – Praça Fernando Amado, estar muito perto da Torre de habitação onde se encontra o mercado “O Laranjito”, dizendo que esta paragem tem sofrido algum vandalismo por parte dos habitantes da referida torre, sugerindo que a paragem pudesse passar para o passeio onde está o campo de futebol. Sugeriu também, relativamente às ciclovias, que seria bom pensar em dois ou três sítios para a criação de depósitos de bicicletas. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse ter sido muito reconfortante ouvir a intervenção do Sr. Presidente da Junta e que dá a ideia de que Marvila está a fazer um bom trabalho no que diz respeito à prevenção do covid-19, o envolvimento da população e o apoio aos necessitados. Disse talvez haver alguns pontos que precisam ser afinados, mas que tendo em conta a referida intervenção, foi realizado um bom trabalho. Relativamente ao grau de execução, entende-se que este seja baixo e disse também compreender que até ao fim do ano ela não irá de certeza crescer muito pois iremos entrar num período que não será de maior alívio no que diz respeito às medidas de contenção e segurança, salientando que não lhe parece adequado pôr em risco a saúde de alguns trabalhadores só para cumprir as taxas de execução. Chamou também a atenção para a praça de táxis do Poço do Bispo dizendo que a sua questão não é a praça de táxis em si, mas sim o desenho que foi feito da praça, com um espaço enorme para esplanadas o que tira espaço à circulação na via e, conseqüentemente, os táxis também ficaram numa má posição, considerando ser interessante verificar qual o melhoramento possível a ser feito. -----

--- O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse que, a seu ver, havendo coisas bem-feitas e outras menos bem-feitas, muito ficou por fazer para chegar a todos os fregueses da freguesia. Relembrou a questão das máscaras e a forma como as mesmas foram distribuídas, sendo a freguesia uma das últimas a implementar a entrega, tivemos ainda a capacidade de pior responder na forma como a mesma foi realizada, obrigando os fregueses a ir à sede, sendo confusas as regras utilizadas, onde primeiro só se podia levantar uma máscara, depois já se podia levar mais, etc., dizendo ter sido toda aquela



confusão que pôde ser evidenciada nas redes sociais e que não foi a mais eficaz e produtiva. Disse que uma das questões evidenciadas neste período foi a questão da limpeza das ruas, salientando que praticamente, ninguém viu esta equipa a funcionar e, no entanto, até foi realizado um vídeo referente a esta limpeza que seria realizada de noite, mas o vídeo apresentado nas redes sociais era feito durante o dia, frisando que isso causou alguma confusão. Disse ainda que, a seu ver, um dos locais que deveria ter tido especial atenção no que refere à limpeza do espaço público, era o arruamento da unidade de saúde dos Lóios, que era utilizado como centro de atendimento Covid-19 solicitando ainda a informação de quantas vezes esta rua – rua Pedro José Pezerat – foi desinfetada. Disse ainda que, sobre a questão da rede social, a nossa rede social é uma rede muito importante, mas há que ter cuidado na forma como a utilizamos porque, a seu ver, o que é sentido é que a forma como a Junta de Freguesia faz o seu apoio social é dar apoio financeiro cada vez maior às instituições e estas fazem a gestão dos mesmos junto da população que chega junto delas. Questionou se, é a Junta que tem os apoios, é a Junta que tem os técnicos, é a Junta que tem os meios, porque delega a Junta cada vez mais nas instituições deixando-lhes uma cada vez maior responsabilidade, gerindo as mesmas os dinheiros públicos, quedo a seu ver deveria ser a Junta a fazê-lo. Disse ainda ter recebido algumas queixas sobre o atendimento telefónico da Junta de Freguesia, salientando que, se já em tempo dito normal é difícil conseguir ligar para a sede da Junta, neste tempo de pandemia tem-se mostrado quase impossível fazê-lo, sugerindo que talvez faça sentido criar mais uma ou duas linhas de atendimento para dar vazão ao que se mostra ser necessário. Disse ainda que a Junta de Freguesia deve dar o exemplo a fazer e não deve dar dinheiro a entidades para os outros fazerem. Salientou que a Junta tem de ser a primeira a estar no terreno, conforme o Sr. Presidente da Junta esteve muitas vezes e muito bem, mas deve ser a entidade pública – Junta – a fazer as coisas. Salientou que não se pode depositar noutras entidades responsabilidades que as mesmas não estão habilitadas para tal, questionando como exemplo se for à associação de moradores pedir um apoio como é realizada a análise, é a Junta ou a Comissão de Moradores. Relativamente à questão do comércio, questionou se a Junta teve conhecimento do lançamento, por parte da CML, de uma plataforma denominada “Estamos abertos “, informando que era a Junta de Freguesia de Marvila que tinha menos informação inserida nessa plataforma. Disse que a Junta seguiu pelo caminho mais fácil, que foi distribuir apoios em vez de criar estruturas e informar de horários do comércio e outros mecanismos de apoio ao freguês de Marvila, considerando que, as pessoas irem a certos estabelecimentos que não sabe muito bem como foram escolhidos, levarem uma serie de produtos e depois a Junta ir lá e pagar, não será a melhor forma de ajudar. -----

--- O **Sr. Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, dirigiu-se aos membros da Assembleia, dizendo que todos são livres de dizer o que pensam, dentro dos limites do tempo, se deverá concretizar as suas ideias pois, não o fazendo, acabarão por ficar algumas suspeições que acabam por recair sobre todo o plenário, considerando que essa não é de certeza a intenção de nenhum eleito, agradecendo que os comentários sejam concretizados para que não permaneça no plenário nenhuma aura de suspeição que não honra nem a Junta nem a Assembleia, ao que o Sr. Luís Castro respondeu que por isso solicitou os esclarecimentos ao Sr. Presidente da Junta. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou seguidamente a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse estar sempre de



acordo com os apoios dados à população mas também teve conhecimento de alguns casos que não tiveram apoio algum e nem conseguiram chegar às assistentes sociais, segundo lhe testemunharam e, realmente, é difícil ligar para a sede e mais difícil ainda deixar o recado e esse recado não é respondido por ninguém levando a haver queixas de alguns moradores. Disse que a freguesia de Marvila tem muitos problemas e muitas pessoas com problemas que precisam de apoio e de serem ouvidas nos seus problemas. Disse que os dinheiros públicos têm de ser fiscalizados, considerando que a Junta de Freguesia saberá para onde vai o dinheiro e como é ele gasto, devendo haver fiscalização. Relativamente à limpeza urbana, uma freguesa queixou-se que as equipas de limpeza lhe disseram que as entradas das pracetas não são espaço público e que têm que ser os moradores a limpar. Em relação às queixas, considera que é necessário ter muito cuidado pois estamos todos com uma maior dificuldade e quando pede é porque necessita mesmo de apoio e necessita de uma palavra de resposta que por vezes não é devolvida. Sugeriu a criação de uma linha telefónica para a terceira idade pois são pessoas que não conseguem estar muito tempo ao telefone e esperar conseguir realizar uma chamada. ----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, aproveitou para informar e chamar a atenção do plenário de que a reunião está a ser gravada e que por isso aparece um ponto vermelho no canto esquerdo do ecrã que indica a gravação. Passou de seguida a palavra ao Sr. Nuno Moreira (CDS-PP) que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse subscrever a opinião do Sr. Luís Castro, no que refere os apoios dados às instituições para o exercício do trabalho solidário, uma vez que, na sua opinião, é a Junta que deve realizar esse trabalho e não o deixar para outros fazerem e que a Assembleia de Freguesia deveria ter conhecimento dessas situações. Relativamente à praceta localizada junto à rua Pedro José Pezerat, lembrou que a mesma deveria ter uma sinalização para que só existisse um sentido de circulação. Relativamente à limpeza do espaço urbano, na sua opinião, a pandemia não é desculpa para a realização da mesma e assim, esta não foi feita porque a Junta não solicitou a sua realização. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, disse que não queria intervir no presente ponto, mas considerou que o devia fazer especialmente por pensar que nem todos têm a noção real da situação em que todos se encontram. Disse que todas as críticas são legítimas, mas considera que algumas têm que ser ponderadas tendo em conta a contextualização. Afirmou que não havia ninguém nesta terra preparado para uma pandemia desta natureza e apesar das dificuldades, as respostas têm sido apropriadas felizmente não existem números muito elevados em relação à própria cidade e no país. Disse que a situação, no momento, não está muito boa e há que ponderar em relação a isso, mas há que, acima de tudo, ter em conta o problema que todos estamos a passar. Salientou que este é um dos momentos que não gostaria de estar no lugar do Sr. Presidente da Junta, pois existem tantos problemas para resolver que, algumas vezes isso é praticamente impossível de conseguir em alguns casos. Quis retribuir ao Sr. Presidente da Junta a simpatia que teve de agradecer à Assembleia de Freguesia a sua participação, que aliás está expressa na referida Informação Escrita, que justificadamente anda à volta da pandemia Covid-19 como é coerente e lógico. Disse ainda que o seu conhecimento das reuniões quinzenais da Junta de Freguesia com os líderes de bancadas e a presença também do Sr. Presidente da Assembleia, foi através da presente Informação Escrita, e que nunca lhe chegou nenhuma informação acerca das referidas reuniões e do que havia sido combinado e, na



sequência, solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, que a informação destas reuniões possa ser partilhada pelos 19 membros do plenário e não só pelos que participam nas referidas reuniões. Relativamente às ciclovias, disse ter ficado contente, sendo defensor das ciclovias, mesmo não sabendo andar de bicicleta. Relativamente à responsabilidade do comércio, disse que este teve alguns apoios diretos e que a situação das esplanadas também serviu como meio de ajuda para os mesmos. Disse que, na sua opinião, o Sr. Presidente da Junta, nalguns dos casos, precisava de exercer o seu magistério de influência pois há comerciantes que não se portam muito bem, seja na utilização excessiva do espaço público esquecendo-se que as pessoas também precisam de andar e que o espaço público não é só para aqueles que usam a esplanada, mas também por agilizarem ajuntamentos sem a manutenção das devidas distâncias. Disse que é comum ver-se pessoas jogarem às moedas à porta de determinado tipo de estabelecimentos, todos juntos e sem qualquer tipo de proteção. Questionou então se esses tipos de comerciantes deverão ser ajudados. Relativamente à situação apresentada pelo Sr. Nuno Moreira, referente à rua Pedro José Pezerat e dizendo não querer se advogado de ninguém, sugeriu que além de conversa informal que, porventura poderá ser esquecida, possa enviar um *e-mail* de uma forma mais formal que ajudará a relembrar e resolver a referida questão. Relativamente ao confinamento de famílias sem condições, disse que cerca de 570 foram resolvidos pela CML, havendo neste momento cerca de 50 pessoas em confinamento sob a responsabilidade da CML que arranjou condições para essas pessoas. Disse ainda que, para que tudo corra bem, neste momento tão grave, tem que haver uma conversão de esforços e que todos sigam na mesma direção que é apoiar quem precisa e que ninguém fique sem ajuda. Salientou ainda que não deve ser fácil escrever uma Informação Escrita onde o principal tema é o que foi realizado para minimizar os efeitos desta pandemia e, muitas vezes, se fala mais do que não foi feito em detrimento do que foi realizado. Disse ainda que tem a esperança de que, daqui a algum tempo, todos se possam encontrar cara a cara, de uma forma mais pessoal e humana, analisando mais ao pormenor toda a situação, salientando que isso seria um sinal de que as coisas realmente corriam para melhor. -----

---O **Sr. Nuno Moreira (CDS-PP)**, solicitando à mesa a palavra em defesa da honra, disse que ao contrário do que o Sr. Manuel Saraiva referiu, ele enviou um e-mail ao Sr. Presidente da Junta relembrando a situação referida com fotos do local. -----

---A **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** solicitou a palavra apenas para sugerir que, sendo a Assembleia gravada, a mesma pudesse ser transmitida no YouTube para que mais fregueses pudessem assistir à mesma. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** disse que este plenário não terá qualquer problema sobre a transmissão referida, solicitando ao Sr. Presidente da Junta o porquê de ainda não se ter tido em conta essa situação. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, lembrou que há duas Assembleias atrás foi aprovada uma moção do PSD, onde era solicitado a transmissão das Assembleias de Freguesia de forma a serem transmitidas *online* ao que o **Sr. Presidente da Assembleia** respondeu que acredita que esta situação não será de realização célere como se de um estalar de dedos se tratasse e por isso, como já tinha referido, espera que o Sr. Presidente da Junta possa esclarecer a questão. -----



---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, lembrou que a referida situação foi prometida ser realizada em setembro, salientando que o Sr. Presidente da Junta estava a tentar criar condições para que as sessões da Assembleia tivessem transmissão pública. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** informou que na Assembleia Municipal esta situação, depois de aprovada demorou três meses a ser implementada. De seguida passou a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, sugeriu que quem quisesse, pudesse consultar a norma 1520/2020 de 24 de julho da DGS sobre o rastreio de contatos que diz que quem está infetado deverá estar isolado mesmo em relação ao seu agregado familiar. -----

---O **Sr. Manuel Saraiva (PS)** solicitou a palavra em defesa da honra, dizendo que, relativamente à informação sobre o isolamento profilático de quem está infetado com Covid-19, foi buscar essa informação através do Sr. Dr. Rui Portugal, médico de saúde pública com responsabilidades na situação de pandemia, considerando que a eleita Sr.ª D. Luísa Costa Gomes sistematicamente faz comentários depreciativos e quiçá ofensivos que considera ferir a honra da sua pessoa e que não permitirá que durante estas sessões seja ofendida. -----

---Numa advertência à mesa, a **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** disse que por menos, foi colocada fora da sessão da Assembleia em uma situação do passado, logo, gostaria que não houvesse confrontos desta espécie, dos quais ficou farta no anterior mandato. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, disse que sempre que considere que há um documento que seja benéfico para o conhecimento da Assembleia o continuará a divulgar. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para encerramento do ponto 1 da Ordem de Trabalhos. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que, realmente, ninguém estava preparado para esta situação, que é uma situação nova, diferente, talvez aquela que a humanidade efetivamente está mais preocupada porque não acreditava que uma sociedade pós-moderna estivesse neste momento nesta fase e que nos põe a todos e aquilo que é o nosso modo de vida em causa, bem como ao nosso futuro, frisou que realmente ninguém estava preparado e que deveria haver a necessária complacência. Relativamente à intervenção do eleito Sr. António Pereira, respondeu que, segundo informações dos serviços, os gradeamentos têm vindo a ser substituídos e arrançados, mas durante os últimos tempos, sistematicamente, estas têm sido continuamente vandalizadas, tendo este trabalho realizado pelos serviços um pouco inglório. Informou que, as placas toponímicas estão a ser substituídas e recuperadas as possíveis. Relativamente ao grau de execução, disse acreditar que o mesmo não é aferido em maio, ficando ciente das recomendações e dos reparos expostos pelos eleitos, mas salientou também que a expectativa é que o grau de execução seja substancialmente mais elevado, uma vez que existe uma resposta social e há também a execução dos Contratos de Delegação de Competências e há mais algum investimento, em termos do que é o Investimento de Capital. Disse haver também aquisição de equipamentos de proteção individual, máscaras, álcool, gel, etc., todo um conjunto de produtos que irão aumentar e acrescer à despesa da Junta de Freguesia. Relativamente ao projeto de requalificação da Quinta das Flores, informou que o projeto de iniciou no anterior mandato e foi concluído neste, mas aquilo que deveria ter sido feito era que o projeto tivesse sido apresentado no



anterior mandato. Informou que este compromisso ficou na Junta muito tempo pendente, teve que ser resolvido, tendo isso sido em janeiro ou fevereiro e, como já se estava efetivamente atrasado em 2018 para a execução do projeto e ainda foi necessário encontrar que trabalhasse no mesmo. Acedeu que, realmente, a melhor ideia era a apresentada pelo Sr. António Pereira, onde todos os eleitos pudessem ter dado os seus contributos a este projeto de requalificação, mas, esse tempo de discussão pública que deveria ter sido realizado muito antes já estava ultrapassado. Esclareceu que o estudo das ciclovias não é da Junta de Freguesia, mas sim do Grupo Comunitário Quarto Crescente, um conjunto de pessoas que estão organizadas grupo para fazer este estudo, estudo que foi entregue pelo próprio grupo e secundado em termos de parecer pela própria Junta de Freguesia, ao Sr. Presidente da CML, aquando de uma visita que este realizou à freguesia, no início do ano 2019. Relativamente à intervenção do Sr. António Alves, agradeceu a preocupação do eleito relativamente à execução orçamental e também a sugestão da mudança do local da praça de táxis na praça Fernando Amado para nova localização que será estudada pelos serviços para apresentação à CML. Agradeceu a intervenção da Sr.^a D. Luísa Costa Gomes e o facto de se congratular com o trabalho da Junta de Freguesia, bem como das suas recomendações para o que pode ser melhorado. Agradeceu também a preocupação apresentada pela eleita no que refere a mobilidade na praça David Leandro da Silva. Referindo a intervenção do Sr. Luís Castro, disse não saber qual a imagem que ficou da sua pessoa perante a população, mas que isso será verificado aquando das eleições autárquicas em outubro de 2021. Mas salientou que a sua postura foi sempre a mais séria possível, com a preocupação de salvaguardar pessoas e bens, começando na sua pessoa e terminando em todos os seus funcionários e nos Marvilenses. Frisou que jamais exporia, numa entrega de máscaras, a saúde de alguém. Disse que existem coisas que podem não correr bem, mas o Executivo está cá para corrigir e que uma distribuição de máscaras massiva que a Junta de Freguesia fez desde o dia 5 de maio até ao dia 31 de maio é, na sua opinião, talvez exemplar e acredita ter pautado pela diferença, pelo cumprimento das normas de segurança e higiene sanitária e não crê que seja isto nem o problema de desinfeção das ruas. Informou que a rua Pedro José Pezerat foi lavada e limpa sempre que solicitado pela unidade de saúde e pela indicação dos serviços de vigilância da Junta informando que o mesmo se passou com o centro de saúde de Marvila, agradecendo as chamadas de atenção, nas comissões de acompanhamento, por parte da Sr.^a D. Luísa Costa Gomes. Disse acreditar que este trabalho não é um trabalho que deva ser politizado neste momento tão difícil. Frisou que não é dizer que fomos muito ou pouco responsáveis e sim que fomos todos responsáveis, tanto os que ficaram em casa e cumpriram o confinamento, como aqueles onde se incluiu, que arriscaram a sua vida, salientando que todos foram exemplares. Deixou bem claro a todos os Marvilenses que tiveram sempre no Presidente da Junta um amigo para todas as situações e se a imagem que chega à população, for de que foi um amigo leal e que em todos os momentos esteve presente em prol da população, acredita que essa é a imagem que importa e que todos os membros do Executivo e da Assembleia de Freguesia tenham esta imagem perante os cidadãos quando novamente forem chamados a votos. Relativamente à rede social disse ter uma divergência essencial, frisando que, na sua opinião, o papel da Junta primordial, é aquele que apoia, aquele que é amigo e aquele que é parceiro e que, por isso, leva até à exaustão o princípio da subsidiariedade. Explicou que **subsidiariedade** é um princípio de organização social que sustenta que questões



sociais ou políticas devem ser resolvidas no plano local mais imediato que seja capaz de resolvê-las. Assim, disse que, a seu ver, o plano mais imediato para resolvê-las não é só a Junta de Freguesia, são as associações, são as coletividades, são as instituições de base, são os grupos comunitários. E assim, frisou que, quando se valida uma presença assídua, continua, constante nos grupos comunitários, está a afirmar-se a confiança plena que se tem na rede social de Marvila. Salientou ainda que ainda bem que Marvila tem esta rede social e que a tem há muitos anos, não tendo sido criada só agora, felizmente, e sim algo que vem dos Executivos antecessores, tanto o Sr. Belarmino Silva, o Sr. António Pereira, e até o Sr. Romão Martins. Disse ainda que é algo que nos distingue, como princípio de organização democrática, que tem competências, tem capacidades e maneiras de apoiar quem necessita. Disse que o eleito, Sr. Luís Castro tem razão e concorda com a sua opinião no que concerne à comunicação. Disse que realmente houve dificuldades no que refere o atendimento telefónico e será necessário reforçar o mesmo e criar mecanismos de contato com a população para se poder corrigir os lapsos de atendimento. Tomou também boa nota, no que refere a introdução de dados na plataforma da CML, concluindo que também aí se deverá melhorar o desempenho. Relativamente à intervenção da Sr.^a D. Isabel Ventura, em relação à situação da comunicação, disse estar de acordo, mas frisou também que, cada vez que a eleita colocou uma questão de modo pessoal e tendo o contato do Presidente da Junta, lhe respondeu sempre de uma forma presente e auxiliou todas as pessoas apontadas. Relativamente à entrada das pracetas, concordou que não pode se dada uma resposta como os serviços deram pois esse é efetivamente uma situação de espaço público e dever-se-á proceder à limpeza desses locais como de outros do espaço público. Relativamente ao Sr. Nuno Moreira disse que se tem que se diferenciar o que é a limpeza dos serviços da Junta de Freguesia e a limpeza realizada na freguesia por empresas externas e essa sim não foi realizada porque essas empresas adotaram outros procedimentos que não foram os adotados pela Junta de Freguesia, mas que são mesmo assim legítimos e que têm todo o direito de adotar. Salientou que a limpeza realizada pelos serviços da Junta foi realizada com todos os condicionamentos inerentes da situação presente que todos estão a enfrentar. Relativamente à questão da praceta junto à rua Pedro José Pezerat, salientou que este pedido nunca foi esquecido e que já foi apresentado aos serviços de mobilidade da CML e, de forma sistemática, este pedido tem sido solicitado em todas as reuniões das quais participa com a CML e com a Engenheira Sofia Lima, indo a Junta continuar a insistir, mas salientou que esta situação não está na alçada da Junta para ser resolvido. Agradeceu a intervenção do Sr. Manuel Saraiva, salientando que o seu reparo sobre a ocupação excessiva do espaço público irá ser fiscalizado e tratado da melhor forma possível. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então ao **ponto 2** da Ordem de Trabalhos - **Apreciação das informações relativas aos atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na atual redação, que aprovou o regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19**, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do mesmo. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, reforçou os dados quantitativos de apoios concedidos, cerca de 867 famílias, num total de 3289 pessoas, assim como a rede de vizinhança e a rede social a funcionar, os apoios sociais diretos, que deveriam ter sido maiores, a entrega de mais de 80 mil máscaras durante este período entre doações e



aquisições, a aposta em aquisição de equipamento individual de proteção, o apoio reiterado às instituições e também a um conjunto de vários locais do comércio, em termos de locais âncora de bairro. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que tem acompanhado o trabalho feito pela Junta de Freguesia e pela CML, mas, na sua opinião, se deve estar preparado para o que por aí vem. Disse que muitas famílias foram afetadas e estão a precisar de ajuda, mas, com certeza, muitas mais virão a precisar de apoio. Disse ainda não saber até que ponto a Junta de Freguesia está prevenida em relação a este acréscimo que vai haver na procura de apoio pois não está para breve a solução deste problema. Salientou que com esta situação o desemprego aumentou, os idosos estão a ficar extremamente preocupados em casa onde muitos deles estão confinados e que vão começar a ter outros problemas de saúde dizendo ainda que não sabe até que ponto a Junta poderá acompanhar estas situações. Relativamente às habitações que não têm condições de habitabilidade para pessoas que tenham que ficar confinadas neste surto de Covid-19, disse que, a seu ver, a Junta de Freguesia e a CML deverão ter um plano de ação rápida para dar resposta prontamente e com eficácia às referidas situações. -----

---A **Sr.ª Segunda-Secretária** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, relativamente ao ponto em discussão, questionou qual o processo de atribuição das despesas que estão contabilizadas como apoios concedidos e enumerados na página 2 do documento. Relativamente à distribuição de cestas básicas apresentadas na página 4 do documento, questionou se estas são as mesmas dadas pela CML ou outro tipo de cestas básicas fornecidas pela Junta. Questionou se, um jovem que estuda por exemplo na escola nº 54, precisar de ajuda para obter material informático, como deve proceder para obter a referida ajuda. -----

--- A **Sr.ª Segunda-Secretária** passou a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, disse que ninguém estava preparado para esta pandemia, mas que alguém já sabia que o Serviço Nacional de Saúde público era fundamental num sistema de saúde de qualquer país. Disse que, no nosso país, o SNS sempre foi considerado o parente pobre e, a seu ver tem feito um trabalho meritório. No entanto, disse considerar que estamos numa altura de pensar no que vai acontecer daqui para a frente. Disse que o que acontecerá não vai ser agradável, na perspetiva terapêutica dirigida a este vírus. Disse que ainda tudo é uma miragem, a vacina apesar de todos os avanços que têm sido feitos, e que são muitos mais do que seria em qualquer outra situação, verifica-se que ainda vai levar algum tempo e que o que resta é prepararmo-nos e que terá que ser de maneira a ter condições de poder responder. Lembrou que já em anteriores reuniões tinha questionado se a Junta, em conjunto com a CML e com as organizações de saúde, já pensou em algum espaço alternativo de internamento que, sem ser um internamento hospitalar e sim de retaguarda, para as pessoas que, não podendo permanecer nas suas habitações devido ao Covid-19, exigem já alguns cuidados mais do que aqueles que se tem em casa e que não necessitam de uma cama de hospital, salientando temer que as camas de hospital venham a ser poucas se misturarmos com a pandemia, o surto de gripe sazonal. Relativamente à gripe sazonal questionou se já houve alguma abordagem com a CML e os serviços de saúde no que diz respeito a agilizar, a dinamizar e a sensibilizar a população para a vacinação antigripal que é uma vacinação que, em determinados grupos de risco – idosos, diabéticos, etc. – já era fundamental e que nem todos aderiam a



ela, considera que neste momento existem grupos de risco que não são dessas categorias mas que interessa ver e saber, enumerando os trabalhadores das escolas, os trabalhadores da Junta de Freguesia, nomeadamente os da higiene urbana e atendimento público. Questionou se existe alguma preparação da área social da Junta para poder lidar com a população, nomeadamente a população idosa que é a mais atingida pela gripe, para lhes dar apoio nessa situação. Questionou também se já estão pensados alojamentos alternativos para pessoas contagiadas e que não é viável permanecerem nas suas casas. Questionou se existe algum projeto de alojamento de emergência. Salientou que estas situações podem ser previstas e precavidadas antecipadamente, mesmo não tendo que ser utilizadas, como os hospitais de campanha, salientando que, ainda bem não foram necessários utilizar. Questionou se existe alguma política relativamente aos idosos, sobretudo aos muitos de uma faixa etária mais elevada e infoexcluídos, a quem é muito difícil chegar. Considerou ser uma boa ideia, pensar numa linha telefónica exclusiva para atendimento ao idoso, mas que possa ser proactiva, mas sim com casos sinalizados e que liguem para contactar com eles, informando que as teleconsultas estão a ser bem interessantes a nível de contato e ligação com os doentes. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, respondeu que existem realmente algumas matérias que honestamente não estão pensadas, são coisas que têm que ser acompanhadas em conjunto pela CML, pelos serviços de saúde, pela Proteção Civil e pela área social da Junta de Freguesia considerando que deveria haver uma equipa multidisciplinar que reunisse estes órgãos pois, a seu ver, ela não existir, como existiu durante estes meses, onde destacou o trabalho de duas técnicas da Junta de Freguesia, Dr.^a Joana Pereira, assistente social e Dr.^a Rita Silva, socióloga, que foram incansáveis a contactar as pessoas sinalizadas e, uma vez que tinham um maior conhecimento da freguesia, o trabalho de contato de proximidade foi extremamente valioso nesta situação. Frisou de seguida que essa deverá ser a abordagem de futuro para resolver estas questões, concordando que a Proteção Civil deverá encontrar alojamentos alternativos e próximos em caso de necessidade, como referido pela eleita, Sr.^a D. Luísa Costa Gomes. Disse que considera muito importante a sugestão transmitida pela eleita de uma linha telefónica proactiva para atendimento a idosos, acreditando que tem toda a razão de ser. Relativamente à intervenção do Sr. António Pereira, respondeu que a Junta não tem nenhum programa inovador em concreto mas têm grande preocupação relativamente às questões do desemprego e também relativamente às questões de saúde mental e às condições de habitabilidade, salientando que a Junta procurou, com as sugestões dos membros da Assembleia, foi durante o mês de julho aumentar consideravelmente a oferta, em termos de apoio social, o atendimento desde as nove horas da manhã até às cinco da tarde no Salão de Festas do Vale Fundão de segunda a sexta-feira. Informou que, aliado a isso, a Junta procedeu a uma campanha de sensibilização, distribuída nas caixas do correio, campanha “Não baixe a guarda”, com conselhos técnicos e que permitiu, disse, perceber que se tinha tomado a decisão certa ao não realizar a distribuição das máscaras via correio pois foi encontrada nesta campanha algumas deficiências que demonstraram que, tendo feito a distribuição das máscaras via correio, não estariam garantidas todas as condições de segurança sanitária, bem como não seria certo que se conseguisse chegar a todos da melhor forma. Salientou que aquilo em que se deve insistir é numa política integrada junto da CML para que aquelas pessoas que não tenham condições de



habitabilidade nas suas habitações e que tenham direito a habitação social sejam prioritárias em termos do seu realojamento e, à partida, na freguesia de Marvila. Relativamente às questões do Sr. Luís Castro, como resposta objetiva e concreta, disse que o que foi feito da sua parte foi a sinalização de um conjunto de mercearias bairro a bairro, bem como padarias que poderiam servir os bens necessários, tendo estes sido escolhidos para a realização das cestas básicas nas várias zonas da freguesia. Relativamente ao exemplo dado pelo eleito de como deverá o jovem da escola 54 fazer se necessitar de material informático para a sua prática escolar durante a pandemia, disse que o que foi pensado pela Junta foi uma comunicação estreita com a escola Luís António Verney e, do ponto de vista pedagógico, seria o agrupamento que teria que dar esta resposta. Disse, elogiando o Sr. Vereador Manuel Grilo, que este adotou a medida de fornecimento de computadores às crianças de 3º e 4º anos que estivessem inseridas nos escalões A e B. Disse que aqueles que concretamente quiseram construir uma política séria e responsável e falaram com a Junta de Freguesia, foi-lhes dado estas respostas. Salientou que, uma proposta dada pela Assembleia de Freguesia, apresentada pelo eleito, Sr. António Alves, só não foi concretizada pelos valores a nível económico envolvidos para a freguesia de Marvila, por ter que teria que ser articulada com vários agrupamentos escolares, em termos de conteúdos pedagógicos, e também porque deve haver uma responsabilidade da administração central pois há momentos em que o estado central deve assumir as suas responsabilidades e fazer aquilo que é necessário. Disse ainda que o que pode afirmar que aqueles que procuraram a Junta para respostas, a todos foram dadas resposta e encaminhamento para que nenhuma criança que vive em Marvila fosse prejudicada naquilo que é o seu desempenho escolar. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, disse que, nesta pandemia, durante os primeiros meses, existiu por parte da Junta uma grande ausência de informação sobre o que estava a ser feito, sendo que, depois, a situação foi reposta e houve reuniões regulares para informação da situação da pandemia em Marvila. Disse que, por diversas vezes foi colocado sobre a mesa a questão dos números de Covid-19 nestas reuniões e cuja questão nunca foi respondida. Disse que, relativamente se congratula que a Junta de Freguesia já receba informação desses dados, até mais do que uma vez por semana. Disse saber que, em informação até 15 de julho, Marvila é a terceira freguesia com mais óbitos em Lisboa, a segunda com mais infetados e a segunda com mais novos casos de Covid-19, salientando que esta é uma situação que o deixa realmente bastante preocupado, agradecendo o contato da Junta com os eleitos quando foram obtidas algumas informações. Relativamente às opções feitas pela Junta, disse serem opções do Sr. Presidente da Junta e da responsabilidade do mesmo. De qualquer modo, disse ter que dizer que o que a Junta fez, com a situação realizada com o Agrupamento D. Dinis, é altamente discriminatória com os outros utentes da freguesia que não pertencem a este agrupamento, especialmente porque o Executivo sabe que as crianças da freguesia estão envolvidas também noutros agrupamento que não o Agrupamento D. Dinis. Disse ainda que, relativamente a este assunto, a Junta beneficiou este agrupamento com mais um apoio de 25.000 euros quando esta instituição recebe outros apoios da autarquia, inclusive para prática desportiva que, com esta pandemia, não poderá ser realizada e que poderiam ser aproveitadas noutra forma. Disse que não concorda com a forma que o Executivo coloca algumas situações que são colocadas por outras bancadas como se a ideia e solução



viesses exclusivamente da Junta, quando isso não é verdadeiro nem a sua utilização é correta. Disse ainda que, sobre o gabinete de emergência que foi criado pela Junta, não existe nenhuma informação nos *sites* da Junta de Freguesia e que não existe informação para os fregueses que poderão necessitar de ajuda nesta pandemia. Disse ainda que, na sua opinião, esta pandemia veio salientar as enormes lacunas que a Junta de Freguesia tem para resolver os problemas de Marvila e dos seus fregueses, que não se resolvem só com a atribuição de apoios económicos considerando que a Junta terá meios para no terreno com técnicos especializados trabalhar de forma direta e próxima com os marvilenses. Deixou uma palavra de gratidão a todos aqueles que ajudaram e a todos os que continuam a ajudar nestes tempos de pandemia. Lembrou que é sua opinião que a Junta de Freguesia não se pode ausentar dos problemas pois é a instituição mais próxima dos fregueses. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, antes de passar a palavra ao Sr. António Alves, lembrou que, no que refere aos dados apresentados pelo Sr. Luís Castro no que refere a freguesia de Marvila, estatisticamente isso representa 0,03% da população de Marvila, frisando que se fosse um só caso, esse já seria demais, mas a nível estatístico, a freguesia de Marvila poderá estar em terceiro ou segundo lugar entre as freguesias de Lisboa, mas Marvila é também a terceira maior freguesia de Lisboa, com um grande volume de população o que leva a sobressair todos estes resultados que, mesmo sendo 0,03% é grave. Passou então de seguida a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, disse que só pediu para intervir porque o Sr. Presidente da Junta falou no seu nome, esclarecendo que, relativamente ao que o Sr. Presidente da Junta referiu, sobre os apoios escolares às crianças e jovens da freguesia, lembrando que não é só o D. Dinis que tem crianças de Marvila, salientando que, por exemplo, a maioria das crianças da escola Manuel Teixeira Gomes são de Marvila e que se viram privadas dos meios informáticos para acompanhamento das aulas à distancia. Afirmou que, quando o propôs, não era apenas para o Agrupamento D. Dinis, mas para ser utilizado de uma forma transversal. Disse ter havido situações onde as crianças não foram ajudadas porque foram empurradas do agrupamento dos Olivais para Marvila e da Junta de Freguesia de Marvila para os Olivais. Disse que se está a falar de crianças cujo interesses devem ser os primeiros a ser protegidos e com os quais, a seu ver, a Junta de Freguesia falhou. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para responder às questões levantadas pelos eleitos e encerrar o ponto em questão. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, relativamente à situação apresentada pelo Sr. António Alves, lembrou o tempo do anterior Executivo, onde todos sabem quais os apoios dados à Escola Secundária D. Dinis, e até os apoios dados à escola Manuel Teixeira Gomes, que quando necessitavam de alguma coisa tinham que ser ajudados pela Comissão de Moradores das Amendoeiras. Afirmou ainda que jamais atiraria uma criança para a Junta de Freguesia dos Olivais, tendo esta procurado ajuda na Junta de Freguesia de Marvila, mas disse ser necessário entender que o apoio dado à Escola Secundária D. Dinis, não visou o primeiro ciclo e sim o ensino secundário, tendo a ver com os alunos do 11º e 12º ano que não podiam ser prejudicados no final do seu curso secundário e, segundo o seu conhecimento, a única escola de ensino secundário em Marvila é o D. Dinis. Relativamente às escolas de primeiro ciclo disse ter ficado tranquilo a partir do momento em que o Sr. Vereador Manuel Grilo, da CML, tomou medidas relativamente ao acesso das crianças a computadores, dos escalões devidos a serem



atribuídos, escalões A e B. Relativamente à junta se ausentar das suas responsabilidades, respondeu ao eleito, Sr. Luís Castro, que sendo este líder de uma bancada que apresenta requerimentos atrás de requerimentos mas nunca se voluntariou para estar na frente do trabalho social da freguesia e que nunca se ofereceu para ajudar em nada. Relativamente aos dados da Covid-19, disse não conhecer nenhum presidente de junta que, a partir do momento que teve acesso a estes, os disponibilizasse prontamente com os membros da assembleia de freguesia. Afirmou que não está sozinho neste trabalho pois tem uma grande equipa que o acompanha, bem como um excelente Executivo, e uns bons membros da Assembleia de Freguesia que fiscalizam o trabalho realizado. Salientou, relativamente à Feira do Relógio que, quem solicitou ao Sr. Presidente da CML o encerramento da Feira do Relógio, a primeira vez, no dia 14 de março pelas 17 horas, foi o Presidente da Junta de Freguesia frisando que nunca concordou com a sua reabertura e foi a Junta que reforçou que a Feira deveria ser fechada quando a situação ficou mais grave. Informou que a Feira irá reabrir a 2 de agosto frisando que não está de acordo com a sua reabertura temendo as consequências dessa situação. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Luís Castro (PSD) que, no uso da palavra, em defesa da honra, disse que, quando for necessária ajuda, o Sr. Presidente da Junta dispõe do seu contato e é só pedir. Salientou também que, como todos sabem, tem que cumprir funções noutra local, onde salientou que também esteve a dar apoio em situação de pandemia e que também esteve na linha da frente nesse trabalho. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, respondeu que as palavras do Sr. Luís Castro já vieram tarde porque, a seu ver, o trabalho voluntário é tal como se chama, voluntário, e é realizado sem ser necessário haver pedidos. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou ao **ponto 3** da Ordem de Trabalhos - **Orçamento Participativo de Marvila 2019 - Apresentação de Relatório e Orçamento Participativo de Marvila 2020.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** de Freguesia que sugeriu que a Sr.^a Vogal, Sr.^a D. Susana Guimarães pudesse fazer a apresentação do ponto e o Sr. Manuel Saraiva (PS), na qualidade de Presidente da Comissão de Acompanhamento. Fizesse a apresentação do relatório da Comissão. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.^a Vogal, Sr.^a D. Susana Guimarães** que, no uso da palavra, fez uma pequena exposição em PowerPoint do Orçamento Participativo de Marvila e Orçamento Participativo Jovem de Marvila, -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Presidente da Comissão de Acompanhamento, Sr. Manuel Saraiva**, que no uso da palavra, disse que em nome da Comissão do OPM e OPJ, estava a apresentar formalmente o Relatório sobre o OPM e OPJ de 2019, já enviado por escrito e distribuído pelos eleitos para seu conhecimento. Agradeceu a todos os membros da Comissão pelo trabalho realizado e fez uma exposição do referido relatório elaborado pela Comissão de Acompanhamento e que abaixo se transcreve: -----

--- **«Relatório da Comissão de Acompanhamento do Orçamento Participativo (OPM e OPJ) de 2019**

Considerações iniciais:

Este relatório é redigido em linha com o anterior e organizado de modo idêntico, evidenciando os aspetos positivos, os aspetos negativos e as sugestões de melhoria. Leva



também em conta aquilo que o Regimento da Assembleia de Freguesia define como obrigações das Comissões. Tratando-se do segundo, inclui um resumo comparativo com o anterior, considerando os orçamentos aprovados em 2018 e em 2019 e os níveis de participação dos cidadãos, num e noutro processo.

1. 2018 versus 2019

Níveis de participação (votantes nos projetos aceites):

2018: 1420 votos (projeto mais votado: 280 votos/projeto menos votado: 8 votos).

2019: 309 votos (projeto mais votado: 137 votos/projeto menos votado: 1 voto – apenas 22% da votação do ano anterior).

2. Aspetos positivos:

- a) Continuação do projeto do OPM;
- b) Valorização do exercício da cidadania;
- c) Envolvência de diferentes Bairros, alguns dos quais não haviam participado na 1ª edição;
- d) Disponibilidade da Vogal com o pelouro para esta Comissão.

3. Aspetos negativos:

- a) Fraca adesão;
- b) Muito baixa votação: um universo inferior a 1% do universo eleitoral da freguesia;
- c) Fraca divulgação;
- d) Incumprimento da calendarização definida;
- e) Pouca informação dos projetos a concurso;
- f) Baixo nível de execução dos projetos;
- g) Não foram tidas em conta as sugestões desta Comissão, incluídas no relatório anterior.

4. Sugestões de melhoria:

- a) Melhoria na organização da Sessão de apresentação do OPM;
- b) Dinamização de sessões de esclarecimento;
- c) Maior envolvimento na apresentação dos projetos;
- d) Realização de um vídeo de apoio com imagens da implementação dos projetos vencedores;
- e) Divulgação em diferentes canais de comunicação, de modo a entusiasmar a participação;
- f) Melhorar a descrição dos projetos a concurso, facilitando a compreensão, não apenas do objetivo, mas também do local da sua implementação;
- g) Alargar as formas e os dias de votação presencial;
- h) Garantir a transparência dos resultados, evitando duplicações dos votantes;
- i) Aumentar os orçamentos futuros, de modo a aumentar a atratividade na participação, com verbas superiores atribuídas a cada proposta.

5. Considerações finais:

A importância do Orçamento Participativo como instrumento de intervenção cívica da comunidade deve levar a uma reflexão alargada que permita identificar soluções que



valorizem este instrumento de participação cívica. Essa reflexão deve envolver o Executivo, a Assembleia de Freguesia e a Comunidade. Seria conveniente que, a ser aceite este processo, pudesse estar fechado antes do início do Orçamento Participativo de 2021, assegurando ainda a possibilidade de alteração do Regulamento, se esse for o entendimento dos interessados.

Entende-se conveniente a marcação de uma visita desta Comissão, acompanhada pelo Executivo, a todos os locais de implementação dos vários projetos e, após essa visita, o agendamento de uma reunião de trabalho desta Comissão com o Executivo.

Lisboa, 09 de junho de 2020

Manuel Saraiva

António Pereira

Luís Castro

Isabel Ventura

Pedro Monteiro

António Alves» -----

---O **Sr. Presidente da Comissão** passou de seguida a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, disse que, relativamente à questão do relatório que foi apresentado, referindo-se aos aspetos positivos, salientou que assinou o referido relatório e teve uma conversa com o relator, no sentido da questão da alínea d) do ponto 2, sobre a disponibilidade da vogal, considerando que, efetivamente, disponibilidade houve, mas a seu ver falta a competência, a transparência e a responsabilidade. Lembrando a Assembleia onde foi aprovado o relatório e contas da Junta de Freguesia, onde se referia a compromissos assumidos no Orçamento Participativo, 22500 euros, e comparando com o mapa de execução, entregue um dia antes da última Assembleia, disse não entender como pode haver compromissos e cabimentos em 2019 no valor de 27500 euros se o valor apresentado em compromissos no relatório e contas, aprovado com os votos a favor da bancada do PS e os votos contra de todas as outras bancadas, apenas eram 22500 euros. Aconselhou ao Sr. Presidente que o Técnico de Contas deveria ter atenção nestas questões pois apresentar mapas com diferentes valores na mesma situação é no mínimo incorreto. Disse haver outra questão levantada diversas vezes, até pela Sr.^a Vogal, que é a comunicação das entidades que exerceram estes projetos, dizendo ser necessário não esquecer que nos documentos do relatório e contas entregues à Assembleia de Freguesia estão lá as entidades refletidas. Disse não valer a pena escudarem-se no RGDPD porque se irá ter conhecimento dessas entidades. Disse ainda que em 2019 foi apoiada até uma empresa, salientando não saber como isso foi possível uma empresa receber apoios de uma entidade pública. Disse temer que esta não seja uma questão muito transparente. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Junta, aconselhou os serviços de contabilidade a seguir o exemplo do diretor de veterinária que, quando surgiu um problema este colocou o seu lugar à disposição. Perante esta afirmação, leu ao plenário o seu pedido de renúncia da participação na Comissão de Acompanhamento do OPM e OPJ de Marvila, como abaixo se transcreve: -----

----- **«RENÚNCIA»** -----

O único Regulamento do Orçamento Participativo de Marvila publicado em Diário da República, foi aprovado em reunião de Executivo de 4 de setembro de 2017, e da



Assembleia de Freguesia em sua sessão de 7 de setembro de 2017. Aprovaram por unanimidade o **“Regulamento do Orçamento Participativo de Marvila”**.

Foi publicado no dia 4 de outubro de 2017 no número 192, da 2ª Série do Diário da República.

No seguimento das eleições autárquicas realizadas no dia 1 de outubro do mesmo ano, o Executivo e a maioria da Assembleia de Freguesia de Marvila decidiram avançar para a criação dum novo Regulamento de forma precipitada, sem quererem ponderar os inconvenientes e as consequências da decisão.

Não quiseram aceitar e pôr em prática o Regulamento do Orçamento Participativo de Marvila que já estava em vigor de modo totalmente legal.

O Orçamento Participativo de Marvila está “ferido de morte”.

O Primeiro Marvila tinha razão nas críticas que fez nos locais apropriados. **Não está em causa a existência dum Orçamento Participativo**, mas deve ser **posto em questão o modelo de Orçamento Participativo** que foi implementado em 2018 e em 2019 bem como a gestão dos mesmos.

A verba alocada ao Orçamento Participativo poderá ser aplicada num único bairro.

Veja-se, dos Orçamentos de 2018 e 2019, metade do valor foram para os Bairros das Amendoeiras e do Condado. Então e os outros Bairros? São 10 Bairros.

Veja-se, em 2018, dois projetos no bairro das Amendoeiras, homenageia 3 pessoas sendo que, um deles está nos dois projetos. Foram transferidos 5.000 euros vezes 2 para a Associação de Moradores.

É entendimento do Primeiro Marvila que o Orçamento Participativo nada tem a ver com o interesse público, como diz o Regulamento e que:

- ✓ **DEVERIA SER A JUNTA A EXECUTAR – foram os cidadãos que promoveram os projetos;**
- ✓ **Os cidadãos não nomearam as instituições para EXECUTAR o seu projeto;**
- ✓ **As verbas são TRANSFERIDAS para as Associações na rubrica de Apoios;**
- ✓ **Foi pedido pelo PMMI, em reunião de Comissão de Acompanhamento, o mapa de execução dos projetos de 2018 e 2019;**
- ✓ **Também foi enviado um e-mail para a Junta de Freguesia, pelo Coordenador da Comissão de Acompanhamento.**

Como até à data não foi dada qualquer resposta, o

Primeiro Marvila-Movimento Independente comunica que a partir desta data renuncio ao seu direito de participação NESTA, sublinho NESTA Comissão de Acompanhamento do Orçamento Participativo de Marvila, que agora se encontra constituída.

Marvila, 18-06-2020

António Alves - PMMI» -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Luís Castro (PSD) que, no uso da palavra, relativamente ao relatório de 2019, concordou que foi um bom documento esperando que o Executivo possa tirar as elações do mesmo. Disse que, de todos os projetos finalizados, apenas uma vez os membros da Comissão foram convidados a visitar a implementação de um deles. Questionou que, se são entidades que concorrem a estes projetos, que fazem uma caracterização e que a Junta entra em contato com elas, porque não é a Junta a realizar estes projetos, considerando mais uma



vez que parece que a Junta não tem capacidade para os realizar e questionou a legalidade desta forma de funcionar. Relativamente ao OPM e OPJ de 2020, disse que fará uma intervenção sobre este tema mais à frente. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que o relatório de 2019 apresentado pela Junta de Freguesia é um pouco contraditório com o apresentado pela Comissão de Acompanhamento, considerando faltar-lhe capacidade para uma análise crítica sobre o que correu menos bem, não apontando sugestões para caminhos diferentes. Disse ainda que nesse relatório fica expresso nele a imagem de que a Junta está satisfeita com a atual situação e que por isso nada há a melhorar o que a seu ver contrasta com o que a Sr.^a Vogal tem expressado nas reuniões de Comissão de Acompanhamento. Disse ainda que o que a Comissão acha é que, agarrando no que de melhor existe nos dois relatórios e para incentivar a uma maior participação de cidadãos neste projeto de cidadania em curso, é que a Junta de Freguesia tenha em conta as sugestões e preocupações expressas por esta Comissão. Considera que o Orçamento Participativo tem ações muito positivas, mas existe muita coisa a melhorar e existem condições para que esses aspetos possam ser melhorados. Apontou também, relativamente ao relatório elaborado pela Junta algumas gralhas a ser corrigidas para a melhoria da redação do documento. Disse ainda que os relatórios foram discutidos e analisados pela Comissão e que a Sr.^a Vogal fez um trabalho que se pode considerar bom e salientou que nada nasce acabado e melhorar o trabalho realizado e a realizar. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.^a D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, questionou se ainda há projetos por concluir, o Regimento não contempla um prazo, questionando também o porquê dos atrasos nos cumprimentos. ----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Nuno Moreira (CDS-PP)** que, no uso da palavra, questionou o Sr. Presidente da Comissão se não deveria ser implementada uma maior celeridade na concretização dos projetos vencedores e de preferência no ano do próprio exercício de modo a não haver acumulação de projetos de um ano para o outro. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** respondendo à intervenção anterior que, em termos municipais existem ainda projetos do OP de 2011 e 2013 por cumprir, o que necessariamente não terá a ver nem com as comissões, os executivos ou os proponentes, mas sim com todo o processo necessário de implementação que, por exemplo a nível municipal pode levar a uns anos. Passou de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Comissão, **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, respondendo ao eleito, Sr. Nuno Moreira, disse que, na sua opinião, uma vez que essa não é uma competência da Comissão nem da Assembleia de Freguesia, deveria haver uma maior celeridade nos processos, mas deverá haver razões objetivas que levaram a esses resultados. Acerca do processo do OPM e OPJ, e relativamente ao processo de cidadania e a participação cívica não tenha aqui uma derrota. Disse não concordar com o Sr. António Alves quando diz que o Orçamento Participativo está “ferido de morte”, afirmando que não pode, não deve nem está “ferido de morte”. Disse que haverá algumas coisas que é necessário afinar, porventura alterar, salientando que o relatório serve exatamente para isso, evidenciar pontos de vista, indicar o que está bem e o que está mal e apontar soluções. Disse não ir entrar em questões de ordem contabilística ou outra, não querendo entrar nesse tipo de discussão. Pediu ao Sr. António Alves que pudesse repensar a sua posição no que refere a



Comissão de Acompanhamento e, se por motivos pessoais não pode continuar, que possa indicar alguém do seu movimento para trabalhar com a referida comissão e que seja porta-voz dos seus objetivos. Lembrou que numa reunião da Comissão, o Sr. António Alves solicitou algumas informações sobre os processos e ele próprio, Manuel Saraiva se prontificou a fazer um quadro em Excel, que no dia seguinte, dia 29 de maio, enviou para a Junta para que pudesse ser preenchido com os dados solicitados e que, cerca de dois meses depois, ainda não foi respondido. Salientou que tenha havido razões para isso, mas que seria agradável ter tido algum tipo de resposta. Disse que se deveria estar unidos nestes processos e apenas não serão contemplados nestes processos os bairros que porventura não apresentarem nenhuma candidatura pois basta ter um voto para ser automaticamente aprovado. Deu uma pequena explanação sobre os projetos apresentados para associação de moradores à qual preside, AMBA, que foram contemplados em 2019. Disse que os membros da Assembleia de Freguesia não devem desistir perante uma dificuldade e devem sim ser proactivos e trabalhar para melhorar cada vez mais o OPM e OPJ e acredita que, por parte do Executivo existe esse entendimento. Disse esperar que todos possam fazer uma séria reflexão sobre este processo e que a mesma leve ao melhoramento do trabalho e que possamos ter cada vez mais sucesso a nível do OPM e OPJ. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, elucidou que a renúncia desta Comissão foi deliberada com os membros do seu movimento e não em seu nome pessoal. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, disse que, entendendo a mágoa do Sr. Manuel Saraiva em relação à saída de um elemento da Comissão, mas salientou que apesar dessa saída a Comissão continuará o seu trabalho. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para defesa da honra. No uso da palavra, o Sr. Presidente da Junta disse ter uma enorme consideração pelo Sr. António Alves, mas acredita que não fica bem a um membro da Assembleia de Freguesia proferir as palavras que proferiu relativamente a um funcionário da Junta de Freguesia de Marvila, não lhe parecendo os termos utilizados lembrando que aquando da entrada deste funcionário, o eleito fez parte do júri do concurso e também antes disso foi o seu executivo que o contratou através de recibo verde. Disse crer que nenhum funcionário da Junta de Freguesia deve ser alvo destas palavras e destes termos, salientando que se os membros da Assembleia os quiserem utilizar relativamente à sua pessoa estão à vontade mas acredita não ser de bom-tom usar estes termos relativamente a funcionários da Junta, que são funcionários exemplares, são funcionários corretos, conhecedores da matéria e que devem orgulhar a todos os Marvilenses por exercerem funções na freguesia de Marvila e que o têm feito com zelo, assiduidade e competência profissional e muitas vezes com sacrifício para as suas famílias. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra à Vogal, **Sr.ª D. Susana Guimarães** que, no uso da palavra, relativamente ao levantado pelo Sr. Manuel Saraiva sobre o mapa de dados, respondeu que esse pedido foi feito pelo Sr. António Alves, em nome do PMMI e cuja resposta já foi enviada diretamente para o Sr. António Alves pois o pedido foi feito pelo mesmo. Relativamente às questões do Sr. Nuno Moreira e da Sr.ª D. Luísa Costa Gomes, respondeu que não existe limites de tempo nem prazos pois alguns projetos carecem de autorizações de outras entidades, não havendo controlo da Junta



sobre isso. Relativamente à intervenção do Sr. António Pereira, respondeu que o relatório apresentado pela junta de Freguesia é um relatório que está plasmado no próprio Regulamento do Orçamento Participativo, artigo 17, nº 2 e salientou que o relatório apresentado pela Comissão a surpreendeu tanto a si como à Sr.ª D. Cristina Abreu que também faz parte da Comissão de Acompanhamento. Relativamente à intervenção do Sr. Luís Castro, respondeu que realmente existe transferência de projetos para as associações, mas por pedido dos proponentes salientando que também há muitos projetos executados pela Junta de Freguesia. Respondendo à intervenção do Sr. António Alves, respondeu que, a seu ver, o Orçamento Participativo de Marvila não está “ferido de morte” e, em sua opinião, estava “ferido de morte” no anterior mandato pois o anterior Executivo nunca o quis implementar. Respondeu ainda que, relativamente à renúncia do PMMI na Comissão, lembrou que também já não se fazia muito presente na mesma, fazendo-se representar informalmente por outros, mas agradeceu todos os contributos dados. -----

---**O Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, solicitou informação de quais os projetos que não avançaram por carecerem de autorização de outras entidades. -----

---**O Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, relativamente ao Orçamento Participativo de 2020, deu conhecimento ao plenário o que aconteceu relativamente ao orçamento Participativo de 2020, informando que a 04 de março foi realizada uma reunião da Comissão de Acompanhamento e nessa reunião ainda não havia nenhuns dados nem nenhum relatório sobre o OPM de 2019 foi apresentado, nem foi apresentada nenhuma alteração do calendário que estava previsto. Uma vez que já deveriam ter sido entregues candidaturas segundo a calendarização prevista, a sua bancada fez um requerimento, enviado a 16 de março, a solicitar esclarecimentos sobre a situação e sendo que é agendada uma reunião da Comissão para o dia 23 de abril. Informou ainda que nesta reunião, os membros da Comissão tiveram uma imposição, sem prévia informação, de que o Regulamento do OPM e OPJ tinha sido alterado relativamente ao ano de 2020, ano em que as coisas seriam realizadas de uma forma diferente, aceitando-se apenas propostas para projetos de cariz social. Informou também que, além da Sr.ª D. Susana Guimarães, também a Sr.ª D. Cristina Abreu, também vogal do presente Executivo, passaria a fazer parte da Comissão. Salientou que, a esta data, ainda não havia nenhum relatório sobre o OPM e OPJ de 2019, chamando a atenção que, no calor da pandemia, a Comissão foi convocada para uma reunião presencial apenas para o levantamento de documentação, no dia 20 de maio. Informou que, uns dias depois, foi realizada outra reunião onde foram apresentados os relatórios referentes a 2018 e 2019 e verificou-se ainda algumas questões de incumprimento do Regulamento. Apresentou à mesa um requerimento que leu e que abaixo se transcreve: -----

---«Exmo. Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de MARVILA

Os eleitos do Partido Social Democrata na Assembleia de Freguesia de Marvila (Lisboa), vêm nos termos do disposto na lei apresentar o presente requerimento.

Durante a reunião da Assembleia de Freguesia de Marvila (Lisboa), realizada hoje, dia 29 de julho de 2020, foi objeto de apreciação, no ponto três da ordem de trabalhos, o “**Orçamento Participativo Marvila 2019 – Apresentação de Relatório Orçamento Participativo de Marvila 2020**”.



Atendendo ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis², os eleitos do PPD/PSD (Partido Social Democrata), abaixo assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Marvila (Lisboa), que nos seja disponibilizada a seguinte informação:

1. Cópia do Regulamento aprovado e aplicável ao Orçamento Participativo Marvila em 2018 e 2019;
2. Cópia da Ata da Junta de Freguesia de Marvila em que o regulamento, aplicável ao Orçamento Participativo Marvila em 2018 e 2019, foi aprovado;
3. Cópia da Ata da Assembleia de Freguesia de Marvila em que o regulamento aplicável, ao Orçamento Participativo Marvila nos anos de 2018 e 2019, foi aprovado;
4. Cópia do Regulamento que está a ser aplicado ao Orçamento Participativo de Marvila em 2020;
5. Cópia da Ata da Junta de Freguesia de Marvila em que o regulamento, aplicável ao Orçamento Participativo Marvila em 2020, viu aprovadas as suas alterações e, bem assim, a sua submissão à discussão pública;
6. Cópia de todo o procedimento administrativo relativo ao cumprimento do disposto nos artigos 101.º e 141.º do Código do Procedimento Administrativo;
7. Cópia da Ata da Junta de Freguesia de Marvila em que o regulamento aplicável ao Orçamento Participativo Marvila em 2020 foi aprovado - com as respetivas alterações e ponderação dos resultados da discussão pública - para ser submetido à Assembleia de Freguesia para aprovação, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º do RJAL, posto em vigor pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito do Regulamento do Orçamento Participativo Marvila em 2020;
8. Cópia da Ata da Assembleia de Freguesia de Marvila em que o regulamento aplicável, ao Orçamento Participativo Marvila no ano de 2020, foi aprovado;
9. Cópia do regulamento aplicável ao Orçamento Participativo Marvila 2020 aprovado na Assembleia de Freguesia constante da ata requerida no n.º 8 deste requerimento;
 - a) Orçamento Participativo de Marvila 2020 em execução;
 - b) Cópia dos projetos/propostas, em concreto, contidas/submetidas em cada candidatura apresentada no âmbito do Orçamento Participativo de Marvila 2020;
 - c) Quem foram os subscritores/proponentes/apresentantes da cada projeto/proposta de candidatura ao Orçamento Participativo de Marvila 2020.
11. Cópia do Regulamento aprovado e aplicável ao Orçamento Participativo Jovem (Marvila) em 2018 e 2019;
12. Cópia da Ata da Junta de Freguesia de Marvila em que o regulamento, aplicável ao Orçamento Participativo Jovem (Marvila) em 2018 e 2019, foi aprovado;
13. Cópia da Ata da Assembleia de Freguesia de Marvila em que o regulamento



aplicável, ao Orçamento Participativo Jovem (Marvila) nos anos de 2018 e 2019, foi aprovado;

14. Cópia do Regulamento que está a ser aplicado ao Orçamento Participativo de Jovem (Marvila) em 2020;

15. Cópia da Ata da Junta de Freguesia de Marvila em que o regulamento, aplicável ao Orçamento Participativo Jovem (Marvila) em 2020, viu aprovadas as suas alterações e, bem assim, a sua submissão à discussão pública;

16. Cópia de todo o procedimento administrativo relativo ao cumprimento do disposto nos artigos 101.º e 141.º do Código do Procedimento Administrativo, no âmbito do Regulamento do Orçamento Participativo Jovem (Marvila) 2020;

17. Cópia da Ata da Junta de Freguesia de Marvila em que o regulamento aplicável ao Orçamento Participativo Jovem (Marvila) em 2020 foi aprovado - com as respetivas alterações e ponderação dos resultados da discussão pública - para ser submetido à Assembleia de Freguesia para aprovação, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º do RJAL, posto em vigor pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

18. Cópia da Ata da Assembleia de Freguesia de Marvila em que o regulamento aplicável, ao Orçamento Participativo Jovem (Marvila) no ano de 2020, foi aprovado;

19. Cópia do regulamento aplicável ao Orçamento Participativo Jovem (Marvila) 2020 aprovado na Assembleia de Freguesia constante da ata requerida no n.º 8 deste requerimento;

20. Informação, quanto ao Orçamento Participativo de Jovem (Marvila) 2020 em execução, contendo as seguintes indicações:

- a) Quantos projetos/propostas foram apresentados no âmbito do Orçamento Participativo Jovem (Marvila) 2020 em execução;
- b) Cópia dos projetos/propostas, em concreto, contidas/submetidas em cada candidatura apresentada no âmbito do Orçamento Participativo Jovem (Marvila) 2020;
- c) Quem foram os subscritores/proponentes/apresentantes da cada projeto/proposta de candidatura ao Orçamento Participativo de Jovem (Marvila) 2020.

Lisboa, 29 de julho de 2020.

Os eleitos do PPD/PSD – Partido Social Democrata» -----

---O **Sr. António Alves** solicitou a palavra apenas para informar que o mapa que lhe foi enviado pela Junta não continha as informações solicitadas. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, corroborando a intervenção do Sr. Luís Castro, considera ter havido algumas atitudes que não foram as mais corretas relativamente ao OP de 2020, dando como exemplo a alteração do Regulamento sem passar pela Assembleia de Freguesia, e também várias omissões de informação que não estão a ser dadas ao contrário dos outros anos. Considera que o orçamento está a resvalar para outros caminhos que não têm a ver com a participação democrática que é a ideia da criação do OP, salientando que



lutou por ele e ficou muito feliz quando foi implementado. Voltou a afirmar que 5000 euros é um valor muito baixo. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Susana Guimarães** que, no uso da palavra, referindo a questão das reuniões presenciais marcadas, respondeu que foram marcadas para não se dizer que não se recebe documentação ou que a mesma não chegou ao destino e assim ter certeza de que a documentação era entregue a quem de direito. Sobre os dados dos proponentes, considera que existe algum equívoco no que se refere à questão porque o Executivo nunca deu nomes nem dados pessoais sobre os proponentes em nenhum dos anos. Frisou que houve sim uma apresentação pública dos projetos onde alguns dos proponentes estiveram presentes, mas a Junta nunca deu essa informação pois não o pôde fazer. Relativamente sobre as questões do Orçamento Participativo de 2020 respondeu que todas as informações irão estar plasmadas no relatório a apresentar em agosto. Relativamente à questão do Regulamento do Orçamento Participativo, frisou que este não foi alterado, afirmando que o que existe é um momento de exceção, uma vez que todos estamos a vivenciar momentos difíceis onde é necessário apoiar quem necessita. Afirmou estar surpreendida por os eleitos considerarem criar projetos de Orçamento Participativo de cariz social e ajudar ainda mais os Marvilenses algo ilegal. Disse que não partilha dessa opinião e que esta decisão está plasmada no artigo 18, do Regulamento do Orçamento Participativo de Marvila. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Nuno Moreira (CDS-PP)** que, no uso da palavra e relativamente às sugestões solicitadas pela Comissão, disse que nenhuma das sugestões feitas pelo seu partido foi ainda aceite. Fez uma pequena exposição sobre as propostas feitas pelo CDS-PP. Questionou porque nenhuma dessas propostas foi aceite. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, disse ter enviado um e-mail com o mapa Excel para preenchimento e cuja resposta foi apenas dado ao requerente, o que considera uma desconsideração, considerando isso não ser uma situação normal, sentindo-se ofendido por todos os membros da Comissão. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, sugeriu que na reunião de 10 de agosto de 2020 se possam clarificar mais algumas questões que hoje não ficaram claras. Disse que, a seu ver, o que ficou claro das outras reuniões anteriores, foi o facto de no OP de 2020 se reorientasse os objetivos do Orçamento Participativo, passando estes no ano de 2020 a serem apenas de cariz social devido à pandemia de Covid-19. Na sua opinião não houve uma alteração ao Regulamento, mas sim uma reorientação. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação do plenário, dando nota que os considerandos não são votados e sim as recomendações, da qual fez um apanhado das considerações finais e colocá-las como recomendações. Fez uma pequena explanação das recomendações, para que nos termos do Regimento, sejam votados. Colocou então à votação as recomendações. -----

---Passada a votação, **as recomendações do Relatório da Comissão de Acompanhamento do OPM e OPJ de 2019 foram aprovados por maioria com os votos a favor do PS, do PCP, do PSD, do BE e do PMMI e a abstenção do CDS-PP.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, dado o adiantado da hora, propôs que os **pontos 4 e 5 da Ordem de Trabalhos** pudessem ser discutidos em conjunto e votados antes do



encerramento da presente sessão, uma vez que a Assembleia na última reunião se comprometeu com o Executivo a fazê-lo e tendo em conta que se tratam de documento que são necessários para a resolução de apoios prementes e necessários, sendo o **ponto 4 - Aprovação da minuta do protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação Cristã de Reinserção e Apoio Social – ACRAS** e o **ponto 5 - Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências na Freguesia de Marvila, no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares, que inclui o novo regime extraordinário de apoio no âmbito da Pandemia de COVID-19.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para a apresentação dos dois pontos em conjunto, voltando a salientar que a discussão seria feita em conjunto, mas a sua votação seria feita em separado. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, dispensou a apresentação dos dois pontos em discussão dado o conhecimento dos membros da Assembleia das propostas apresentadas. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, disse que tem sido justificação, por parte de alguns membros do Executivo, a questão do RGPD, sugerindo que leiam, relativamente ao Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências na Freguesia de Marvila, no âmbito do Fundo de Emergência Social, que deverão ler a cláusula 8 que é a proteção de dados, salientando que, aquilo que é justificado muitas vezes não tem justificação. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, fez algumas correções ao que o Sr. Presidente da Assembleia informou que essa gralha já tinha sido detetada pelo Sr. António Alves e que solicitou aos serviços que procedessem à correção e enviassem o documento corrigido aos membros da Assembleia, o que foi feito pelos serviços. Informou que o documento a votar deverá ser o documento corrigido questionando o Sr. Presidente da Junta se estava de acordo com essa alteração ao que lhe foi respondido que sim. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação o **ponto 4 da Ordem de Trabalhos - Aprovação da minuta do protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação Cristã de Reinserção e Apoio Social – ACRAS.** -----

---Passada a votação, **a proposta foi aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, do PCP, do BE e do CDS-PP e as abstenções do PSD e do PMMI.** -----

---o **Sr. António Alves (PMMI)** solicitou a palavra para fazer uma declaração de voto, dizendo que a sua votação é pela falta de informação dos relatórios com a explanação sobre a utilização dos dinheiros já recebidos. -----

---O **Sr. Luís Castro (PSD)**, pedindo a palavra, disse querer fazer uma declaração de voto, mostrando a sua intenção de a enviar por escrito, mas resumidamente disse que o seu voto parte da situação de mais uma vez não haver nenhum regulamento sobre a situação de apoios por parte da Junta de Freguesia. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação o **ponto 5 da Ordem de Trabalhos - Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências na Freguesia de Marvila, no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares, que inclui o novo regime extraordinário de apoio no âmbito da Pandemia de COVID-19.** -----

-----Passada a votação, **a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----



---O **Sr. Presidente da Assembleia**, dado o adiantado da hora, sugeriu ao plenário prolongar o horário dos trabalhos ou marcar uma sessão em agosto ou setembro. Os líderes deram a sua opinião sobre o tema em discussão, assim como o Sr. Presidente da Junta e, havendo diversas opiniões, sugeriu que se fizesse continuidade desta sessão, daqui a 48 horas, no dia 31 de julho pelas 21 horas via Teams. Perguntando a opinião dos líderes de bancada relativamente a esta proposta, foi consenso de todos aceitar a proposta do Sr. Presidente da Assembleia. O **Sr. Luís Castro (PSD)** sugeriu também que pudesse haver participação na reunião dos representantes dos agrupamentos existentes na freguesia para que o debate pudesse ser mais rico. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, dispensando a leitura da **ata minuta** da presente reunião, deu a mesma por finalizada, convocando desde já o plenário para a continuação da sessão no dia 31 de julho pelas 20 horas. -----

----- PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES -----

-----Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital, afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrada a presente sessão, eram **24h00m**, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, pela 1ª Secretária e pela 2ª Secretária. -----

O Presidente da Assembleia

A 1ª Secretária

A 2ª Secretária _____